**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA**

PROVA ORAL/MALOTE 7

GRUPO II – DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

QUESTÃO 1

De acordo com os dados do Infopen/2017, 64% da população prisional brasileira é composta de pessoas negras e 61%, de pessoas que não chegaram a concluir o ensino fundamental.

Como a criminologia positivista e a criminologia crítica explicariam essa situação?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

26 Escolas criminológicas. 26.1 Teorias sociológicas.

PADRÃO DE RESPOSTA

A criminologia positivista tem como foco a figura do criminoso e as causas da criminalidade, apontando fatores biológicos, ambientais, sociais. A criminologia positivista apontaria, portanto, que pessoas com o perfil destacado têm maior propensão à criminalidade — o criminoso nato seria pessoa negra/de baixa escolaridade. Já a criminologia crítica muda o enfoque do criminoso para a definição do crime, a seleção do criminoso e a reação social ao delito. Identifica que o direito penal atua de forma seletiva, indicando que o perfil da população prisional brasileira corresponde ao mais vulnerável à criminalização.

**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA**

PROVA ORAL/MALOTE 7

GRUPO II – DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

O assistido da DPU falsificou carteira de habilitação de amador, emitida pela Marinha do Brasil, e apresentou o documento falsificado à autoridade portuária.

À luz dos princípios constitucionais e da jurisprudência do STF e da CIDH, qual a justiça competente para julgar tal infração? Fundamente a sua resposta.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

7 Competência. Juízo natural. Competência constitucional e competência legal. Critérios de determinação e modificação de competência. Das questões e dos procedimentos incidentes. Conflitos de competência. Relações institucionais entre juízos nacionais. Relações institucionais com juízos estrangeiros. Cartas.

PADRÃO DE RESPOSTA

Compete à justiça federal comum o julgamento de tal infração. Aplicando o princípio do juiz natural, a CIDH possui inúmeros precedentes que vêm excluindo a competência da justiça militar para julgamento de civis em tempos de paz. No mesmo sentido, o STF editou a Súmula Vinculante n.º 36: “compete à Justiça Federal comum processar e julgar civil denunciado pelos crimes de falsificação e de uso de documento falso quando se tratar de falsificação da Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) ou de Carteira de Habilitação de Amador (CHA), ainda que expedidas pela Marinha do Brasil”.